



Irregularidade

Medida limita uso de direito contemplado na legislação tributária

Fiscalidade

Transparência

Alteração não se traduz em mais-valia para a verdade fiscal

Técnicos de contas juntam mais sete organizações contra a obrigatoriedade de ROC

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) juntou mais sete organizações às suas intenções de convencer o Governo a não avançar com a proposta, em sede de Orçamento do Estado, que implica a obrigatoriedade de um revisor oficial quando as empresas apresentem dois anos de prejuízos. O encontro promovido pela Ordem levou à publicação de um comunicado conjunto.

O primeiro aspecto realçado é que a alteração ao n.º 11 do art. 52.º do CIRC resultará em efeitos negativos e injustificados para as empresas, os empresários e os profissionais liberais, “sem que nada o justifique ou acarrete mais-valia, verdade ou transparência ao processo tributário”. Concluem que a medida proposta

institui um mecanismo limitado do uso de um direito, colocando no mesmo patamar situações de acidentalidade com situações que, pela sua origem, possam indiciar eventuais irregularidades.

Mas as entidades também manifestam preocupação acerca dos efeitos para os profissionais liberais e empresários em nome individual da limitação do direito à dedução dos prejuízos fiscais, considerando a norma contra a transparência do acto tributário avalizado pelo técnico oficial de contas. E não acrescentando qualquer mais-valia ao acto tributário, estão preocupados com os custos administrativos que a medida vai representar para as empresas, especialmente para as PME. “Isto num momento de grave crise

nacional, em que todos os custos de contexto são um obstáculo à sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas, que representam 99,6% do tecido empresarial e garantem os respectivos postos de trabalho”, acrescenta o comunicado.

Perante este cenário, independentemente desta tomada de posição conjunta, cada uma das entidades vai reportar ao Governo e aos grupos parlamentares as suas preocupações. Estão envolvidas neste manifesto a Ordem dos Psicólogos Portugueses, a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, a Associação PME Portugal, a Associação Nacional das PME, a Confederação dos Agricultores de Portugal e a Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração.